pontos saudáveis das colónias onde se encontram, retemperar a sua saúde, quando abalada;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições, decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As praças de pré do exército e da armada que estiverem nas colónias cumprindo a pena de deportação ou que para elas tenham sido transferidas nos termos do regulamento disciplinar ou no do artigo 46.º do Código de Justiça Militar, e que pela junta de saúde forem julgadas incapazes do serviço militar, continuarão nessas colónias adidas a qualquer unidade, estabelecimento ou repartição militar que tenha a sua sede em localidade saudável, desempenhando o serviço que for compatível com o seu estado físico, até ultimarem a pena a que tiverem sido condenadas ou o tempo de serviço a que são obrigadas.

Art. 2.º Os funcionários que nas colónias autorizarem e requisitarem passagens de vinda à metrópole para os militares que estiverem nas condições do artigo anterior, antes de terem terminado o cumprimento da pena de deportação ou completado o tempo de serviço a que são obrigados a servir ali, ficam responsáveis pelo pagamento dessas passagens e das de regresso à colónia, sem prejuízo do procedimento disciplinar em que possam ter incorrido.

Art. 3.º Os militares a que se refere o artigo 1.º, actualmente na metrópole por terem vindo das colónias por opinião da junta de saúde, e os que à data deste decreto venham em viagem para a metrópole sem que tenham terminado a pena de deportação a que haviam sido condenados ou completado o tempo de serviço efectivo a que são obrigados em virtude do disposto no regulamento de disciplina militar e do artigo 46.º do Código de Justiça Militar, deverão ter os seguintes destinos:

1.º Aqueles a quem faltem mais de 365 dias para terminar o cumprimento da pena de deportação a que tiverem sido condenados ou o tempo de serviço a que eram obrigados regressarão à colónia onde se encontravam, sendo-lhes aplicável o disposto no artigo 1.º, e serão julgados no tribunal militar da colónia no caso de terem auto de corpo de delito pendente na metrópole ou na colónia, e que deva ter seguimento. Os autos de corpo de delito que tenham sido levantados na metrópole serão enviados ao governador da colónia, que procederá nos termos do artigo 429.º do Código de Justiça Militar. Estando o processo com despacho para sumário o governador da colónia procederá como se este não tivesse sido lançado;

2.º Aqueles a quem faltarem 365 dias ou menos serão transferidos imediatamente para o Depósito Disciplinar e ali completarão o tempo que lhes faltar para o cumprimento da pena ou o tempo de serviço a que estiverem obrigados, respondendo nos tribunais do Governo Militar de Lisboa os que tiverem pendente auto de corpo de delito que deva ter seguimento, quer tenha sido levantado na metrópole quer na colónia. Os autos levantados nas colónias serão remetidos ao governador militar de Lisboa, que procederá, nos termos do artigo 429.º do Código de Justiça Militar, como se o governador da colónia não tivesse lançado despacho para se proceder a sumário.

Art. 4.º É revogado o artigo 26.º do decreto n.º 12:393, de 27 de Setembro de 1926, e o disposto no decreto n.º 16:421, de 26 de Janeiro de 1929, e toda a demais legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força

de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Dado nos Paços do Governo da República, em 25 de Março de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — José de Almeida Eusébio — António de Oliveira Salazar — Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo — Luís António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior
e das Belas Artes

1.ª Secção

Decreto n.º 19:513

Tendo sido criado um curso complementar no Instituto Superior Técnico e na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto pelo decreto n.º 11:988, de 29 de Julho de 1926, destinado a facultar aos alunos diplomados dos institutos industriais o diploma de engenheiro;

Considerando que esse curso foi organizado, quanto à Faculdade de Engenharia, pelo decreto n.º 15:336, de 5 de Abril de 1928;

Considerando que a última organização da Faculdade de Engenharia, aprovada por decreto n.º 18:739, de 29 de Julho de 1930, manteve o referido curso complementar;

Considerando que por essa organização foram modificados os diversos cursos de engenharia, quer desdobrando cadeiras quer reduzindo outras, e mesmo dando-lhe designação mais adequada;

Considerando que, depois desta última organização e ficando de pé o curso complementar com a sua constituição primitiva, acontece que se exigem aos alunos do curso complementar cadeiras que não são exigidas no curso normal de engenharia e outras que actualmente têm diferente designação, tanto na parte preparatória, como de aplicação;

Considerando a proposta da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto que visa a pôr de acôrdo os dois cursos, o normal e o complementar;

Onvida a Secção do Ensino Superior do Conselho Superior de Instrução Pública, que deu o seu parecer favorável à mesma proposta;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É substituída nos 1.ºs anos de todos os cursos a cadeira anual de acústica, óptica e calor pela cadeira anual de física geral e a cadeira semestral de termodinâmica, a professar nas Faculdades de Ciências.

Art. 2.º É substituída no 2.º ano do curso de engenharia de minas a cadeira anual de geologia e paleonto-

logia pela cadeira annual de geologia e a semestral de paleontologia, a professar nas Faculdades de Sciências.

Art. 3.º É eliminada no 3.º ano do curso de engenharia de minas a cadeira de resistência de materiais, 2.ª parte.

Art. 4.º Passa a figurar no 3.º ano do curso de engenharia electrotécnica a cadeira de electricidade aplicada, 1.ª parte, e no 4.º ano a cadeira de electricidade aplicada, 2.ª parte, em substituição da cadeira de electricidade aplicada, que só figurou no 4.º ano.

Art. 5.º Passa a designar-se «elementos de máquinas» a cadeira de construção de máquinas, que sob esta designação tem feito parte do 2.º ano dos cursos de engenharia mecânica, engenharia electrotécnica e engenharia químico-industrial.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 25 de Março de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Armindo Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Inspeção Técnica das Indústrias
e Comércio Agrícolas

Decreto n.º 19:514

Não obstante a produção nacional de trigo da última colheita corresponder, segundo a estatística official, ao consumo de dez meses, ou seja até o fim do próximo mês de Abril, verifica-se que, por falta de silos que permitam regular o abastecimento normal em todo o País, e de exactidão dos manifestos por parte dos produtores, as cidades de Lisboa e Pôrto não têm o seu fornecimento assegurado para o próximo mês de Abril, ainda que em

diferentes localidades êsse fornecimento deva estar garantido até o fim do corrente ano cerealífero;

Não havendo assim também que defender a produção nacional, visto que na mão do produtor não existe já trigo algum, em face das respostas às chamadas feitas, e sendo necessário que o Govêrno disponha das reservas necessárias para evitar perturbações possíveis no abastecimento daquelas cidades;

Atendendo a que êsse objectivo se pode conseguir com uma reduzida importação, equivalente a oito dias de consumo normal em todo o continente da República;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Ficam autorizadas desde já as fábricas de moagem matriculadas, de Lisboa e Pôrto, a importarem respectivamente 7:000 toneladas e 3:000 toneladas de trigo exótico, destinado ao abastecimento de farinhas naquelas cidades durante o próximo mês de Abril.

Art. 2.º A quantidade de trigo importado nos termos do artigo anterior será adicionada, para efeito de rateio por todas as fábricas do País, àquela cuja importação foi autorizada pelo decreto n.º 19:272, de 22 de Janeiro de 1931.

Art. 3.º A importância dos direitos a pagar nas alfândegas será a que foi estabelecida no decreto n.º 19:272, observando-se, quanto ao seu pagamento e tolerância de péso final, o que no mesmo decreto ficou preceituado.

Art. 4.º Êste decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 25 de Março de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Armindo Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*